

AS TRAJECTÓRIAS DOS FUNDADORES DO PAIGC (1923 – 1960)

ÂNGELA SOFIA BENOLIEL COUTINHO

CESNOVA – IPRI/ UNL

coutinhoangela@hotmail.com

Resumo

De acordo com as fontes oficiais, o PAIGC foi fundado na clandestinidade em Bissau, a 19 de Setembro de 1956. Até 1960, foi o Partido Africano para a Independência (PAI) e actuou unicamente na clandestinidade. Nesse ano, foi criada uma base em Conakry e teve início a preparação da ação armada. Em 1963 o PAIGC iniciou a luta armada no território da atual Guiné-Bissau.

Apesar de não ter sido o único movimento que lutou pela independência da Guiné-Bissau, foi o único que levou a cabo uma ação bem sucedida nos planos militar e diplomático. Em 1966, pensa-se que cerca de metade do território da Guiné-Bissau estava sob seu controlo e intensificou-se então a reorganização económica, social e política destes territórios, as chamadas “regiões libertadas”.

Foi também preparado um plano de invasão militar do arquipélago de Cabo Verde com o apoio do governo cubano, apoio este que foi retirado após a morte do comandante Che Guevara na Bolívia. Os quadros cabo-verdianos passaram então a intervir de forma mais direta no terreno de guerra guineense, a partir de 1968.

No ano de 1972, organizaram-se eleições nas “regiões libertadas” da Guiné-Bissau, com vista à constituição da Assembleia Nacional Popular, que devia proclamar unilateralmente a independência do país. Esta proclamação foi feita a 24 de Setembro de 1973, após o assassinato do líder histórico do PAIGC, Amílcar Cabral, a 20 de Janeiro do mesmo ano, em Conakry. A independência da Guiné-Bissau foi então reconhecida pela maioria dos países da ONU.

Alguns meses mais tarde, a 25 de Abril de 1974, houve um golpe de Estado militar em Portugal, que viabilizou as negociações com vista à independência de Cabo Verde, levadas a cabo pelos governos provisórios em Portugal. O PAIGC dominou então as outras forças políticas presentes no arquipélago, surgidas sobretudo após o 25 de Abril, à exceção da UPICV, e a independência de Cabo Verde foi proclamada a 5 de Julho de 1975.

Este partido criou então um sistema original de partido único no poder, com um mesmo partido para dois estados independentes.

Com base em pesquisa arquivística efetuada na Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Portugal, e recorrendo também a fontes orais, esta comunicação apresenta os traços principais das trajetórias sociopolíticas dos dirigentes do PAIGC, dos fundadores oficiais e dos membros do Conselho Executivo da Luta, antigo Bureau Político, eleitos até 1977, data do último congresso deste partido.

De entre as principais conclusões a que se chega, é de salientar o facto de que a maioria dos membros fundadores já não integravam os órgãos máximos de direção partidária aquando da independência dos dois países. É também revelada uma hegemonia guineense a este nível, contrariando todos os estudos publicados que abordaram esta questão.

Palavras-chave: Dirigentes, PAIGC, recrutamento

*

Pretende-se, neste artigo, reconstituir as trajetórias dos que foram oficialmente considerados como os membros “fundadores” do P.A.I.G.C. (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde), partido que levou a cabo a luta de libertação que conduziu à independência política da Guiné-Bissau, em 1974 e à de Cabo Verde, em 1975. Interessar-nos-á, em particular, o estudo das suas trajetórias nas sociedades coloniais guineense e cabo-verdiana até à criação da sede do referido partido na cidade de Conakry, em 1960.

Para tal, consultámos diversas fontes impressas e publicadas, nomeadamente periódicos, os arquivos da PIDE/DGS e os Arquivos Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, na Fundação Mário Soares em Lisboa. Foram também feitas entrevistas.

INTRODUÇÃO

De acordo com as fontes oficiais, o PAIGC foi fundado na clandestinidade na cidade de Bissau, no dia 19 de Setembro de 1956. Todas as fontes consultadas ao longo do nosso trabalho de investigação são concordantes quanto ao facto de que o partido usou apenas as siglas PAI até ao ano de 1960.

Após uma primeira fase de acções desenroladas unicamente na clandestinidade, o PAIGC criou uma base de acção em Conakry, em 1960. A partir dessa altura começou também a preparar a acção armada, que teve início em 1963.

Apesar de não ter sido o único movimento político a agir em prol da independência da futura Guiné-Bissau, o PAIGC foi o único a obter sucesso no plano militar e no diplomático.

A partir de 1966, metade do território da Guiné-Bissau estaria sob controlo do PAIGC. Desde então, este partido deu início a uma acção de grande envergadura a nível da reorganização económica, social e política destes territórios.

Em 1968, a acção militar encontrava-se num impasse. Foi nesse mesmo ano que o general Spínola assumiu as funções de governador e chefe de Estado Maior das Forças Armadas na Guiné. Mas já no ano seguinte, o PAIGC teria conseguido controlar dois terços do território guineense.

No que diz respeito a Cabo Verde, todas as fontes às quais tivemos acesso indicam que durante vários anos, houve um projecto de invasão do arquipélago por parte do PAIGC. Com vista a atingir esse objectivo, os seus primeiros militantes cabo-verdianos começaram por levar a cabo um trabalho de recrutamento junto aos seus concidadãos residentes no Senegal e na Costa do Marfim, assim como em França e na Holanda. O objectivo era o de constituir um grupo de guerrilheiros que iria invadir o arquipélago. Em seguida, este grupo seguiu formações militares na Argélia e uma preparação militar de dois anos em Cuba. No entanto, após o assassinato do comandante Ernesto “Che” Guevara, no ano de 1967, o apoio dado a este projecto pelo governo cubano foi retirado. Os quadros militares cabo-verdianos seguiram então outra preparação militar, desta vez na União Soviética, onde aprenderam a manipular mísseis anti-aéreos.

Foi a partir de 1968, após o insucesso do plano de invasão de Cabo Verde e aquando dos novos bombardeamentos das Forças Armadas portuguesas na Guiné que os quadros militares cabo-verdianos começaram a intervir simultaneamente no terreno militar de guerrilha e na defesa anti-aérea.

Amílcar Cabral tinha procurado apoio político a nível internacional para a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, com o objectivo de que esta fosse reconhecida pela maioria dos países da ONU.

Os sucessos obtidos com o governo das regiões libertadas e a eleição, em 1972, de uma Assembleia Nacional Popular contribuíram certamente de forma significativa para a concretização deste projecto. Assim, a 24 de Setembro de 1973, o PAIGC declarou a independência da Guiné-Bissau, que foi de imediato reconhecida pela maioria dos países com assento na Organização das Nações Unidas.

No ano seguinte, a Revolução dos Cravos em Portugal abriu as portas para o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau pelo Estado português, e permitiu o início das negociações para a independência de Cabo Verde.

O Estado de Cabo Verde nasceu a 5 de Julho de 1975.

A partir de então, o PAIGC tornou-se o único partido existente nos dois países, que tinham, no entanto, dois governos, chefes de Estado e parlamentos distintos.

1. A FUNDAÇÃO DO PAIGC

O PAIGC foi fundado na Guiné-Bissau, num período que ainda hoje se pode considerar obscuro para os historiadores, pois tratando-se de um período de dupla censura, simultaneamente colonialista e de ditadura de extrema-direita, as poucas fontes arquivísticas disponíveis para consulta devem ser cruzadas a fim de se assegurar a veracidade das informações. A imprensa era fortemente controlada e censurada. Quanto às fontes orais, até aos dias de hoje, poucas entrevistas foram realizadas com os actores da época. Não temos conhecimento de nenhum arquivo privado que tenha sido aberto à consulta dos investigadores.

No entanto, de acordo com as fontes do PAIGC, o acto de fundação do partido teve lugar em Bissau, a 19 de Setembro de 1956, no nº 16 da R. Vieira Machado, que era na altura a residência de Aristides Pereira e Fernando Fortes, tendo participado na reunião Amílcar Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Elysée Turpin e Júlio Almeida.

Ora, durante o período de vigência da ditadura salazarista, que dominou a vida política nos territórios controlados por Portugal, qualquer partido político que não a *União Nacional* era proibido. O PAIGC foi, por esse motivo, fundado na clandestinidade e nenhum documento desse acto chegou até às gerações seguintes. Todos os documentos que a ele se referem foram publicados pelo partido após esta data. Apesar disso, todas as fontes consultadas são unânimes quanto à história da sigla: o partido denominou-se primeiramente PAI (Partido Africano para a Independência). Foi somente em 1960 que a denominação de PAIGC foi adoptada, de forma a não ser confundido com um partido senegalês que tinha as mesmas iniciais

(Lopes, 1996, p. 42). As fontes são igualmente concordantes no que diz respeito à data e ao local da reunião clandestina. No entanto, não sucede o mesmo em relação aos nomes dos protagonistas.

Pensávamos que todos estes factos fossem claros na história do PAIGC, e não foi sem surpresa que, ao cruzar as diferentes fontes disponíveis, constatámos que os autores que descreveram este acto apresentaram várias versões do mesmo, nas quais os nomes dos protagonistas mudam.

Assim, de modo a estudar as trajectórias dos dirigentes que foram nomeados ou eleitos pelo próprio partido, decidimos adoptar a versão das fontes oficiais.

2. OS TRAÇOS COMUNS DAS TRAJECTÓRIAS FAMILIARES: SECA, EMIGRAÇÃO E UMA CERTA RELAÇÃO COM A CULTURA DOMINANTE

NOMES	DATAS DE NASCIMENTO
Almeida, Júlio	17 / 03 / 1926
Cabral, Amílcar	12 / 09 / 1924
Cabral, Luís	10 / 04 / 1931
Fortes, Fernando	28 / 12 / 1929
Pereira, Aristides	17 / 11 / 1923
Turpin, Elysée	23 / 05 / 1930

Tabela 1 - Datas de nascimento dos fundadores
Fontes: entrevistas, PIDE/DGS

Como é possível constatar através da análise da tabela, as seis pessoas que fundaram o partido nasceram entre 1923 e 1931. O conhecimento dos anos de nascimento dos dirigentes em causa permite-nos analisar mais profundamente o ambiente e as situações eventualmente vividas durante as respectivas infâncias e adolescências que possam ter marcado a sua visão política do mundo.

Por exemplo, no caso de Cabo Verde, é pertinente saber que idade tinham estes dirigentes aquando da última grande fome, a de 1947, e se a vivência desta grande calamidade teve um papel nas suas tomadas de posição políticas muitos anos mais tarde. Um outro exemplo está ligado aos anos da Segunda Guerra Mundial e à presença militar portuguesa na ilha de S. Vicente. Tendo em conta as idades dos dirigentes que residiam nesta ilha naquela época, podemos perguntar-nos se o ambiente de animosidade geral da população *mindelense*, tal como foi descrito relativamente a esta presença militar, foi um elemento a ter em conta na formação da opinião acerca do poder colonial e da imagem e representação popular deste poder.

Nas suas entrevistas, tanto Luís Cabral como Aristides Pereira falam desta seca, cujas consequências constituíram provavelmente a maior catástrofe humana no arquipélago no século XX. Na altura, vários cabo-verdianos acusaram em silêncio o governo de Lisboa de imobilismo relativamente a esta questão. Luís

Cabral, então adolescente, evocou um poema que o seu pai fez nessa altura sobre uma criança mendiga :
« Entre as crianças / Sou a mais triste / Mais flagelada pela negra sorte / Ao desamparo e ninguém me assiste / Deixam-me sozinho a enfrentar a morte / Eu já não posso frequentar a escola / O meu paizinho está quase a morrer / E minha mãe a pedir esmola / Passa muitos dias sem me poder ver. »¹.

Quanto a Aristides Pereira, era nessa época um jovem adulto que procurava um emprego estável na cidade da Praia. Ele afirma ter ficado profundamente marcado por esse acontecimento:

« - (...) mas entretanto em '46, '47, foi terrível aqui ! Também foi das coisas que me marcou profundamente. Vinha gente aqui, não era brincadeira. Um verdadeiro êxodo, do campo, as pessoas com fome, vinham para a cidade. E era (...) saíamos de casa [víamos um indivíduo] deitado no chão, parecia que estava a dormir, estava morto.

- Credo.

- De fome. E à tardinha, vinha a charreta, levava os mortos, (...). E a coisa era tal que, euh, chegou a altura que já não se faziam valas. Faziam-se era buracos.... » ²

O PAIGC foi um partido criado com o objectivo de libertar politicamente dois territórios distintos. É, por isso, natural que nos questionemos acerca da origem dos seus fundadores. Vistas as diferenças regionais e entre as populações destes territórios, também é interessante saber de que regiões provinham estes membros do partido.

NOMES	LOCAL DE NASCIMENTO	PAÍS DE NASCIMENTO
Almeida, Júlio	S. Vicente	Cabo Verde
Cabral, Amílcar	Bafatá	Guiné- Bissau
Cabral, Luís	Bissau	Guiné-Bissau
Fortes, Fernando	S. Vicente	Cabo Verde
Pereira, Aristides	Boavista	Cabo Verde
Turpin, Elysée	Bissau	Guiné- Bissau

Tabela 2 – Locais de nascimento dos fundadores.

Fontes : entrevistas, textos publicados, Arquivos da PIDE/DGS

Analisando a tabela, podemos constatar que metade dos fundadores nasceu na Guiné e a outra metade em Cabo Verde. Estes últimos são nativos das ilhas do *Barlavento*, sendo a mais representada a de S. Vicente. Esta ilha era então a segunda mais povoada do arquipélago, e também o seu centro económico, cultural e de contactos internacionais. No entanto, ela apresentava, desde há algum tempo, sinais de decadência económica e social (Correia e Silva, 2000).

É curioso constatar que a maioria dos fundadores nascidos na Guiné-Bissau também nasceu na capital económica da então província, Bissau. Esta cidade só se tornou capital política em 1941. Somente Amílcar Cabral nasceu noutra cidade, Bafatá, que era a segunda maior do país.

¹ Minha entrevista com Luís Cabral, a 10/02/00, em Miraflores, Portugal

² Minha entrevista com Aristides Pereira, a 6/05/99 na cidade da Praia, Cabo Verde

Ora, sabemos que dois destes três guineenses, os irmãos Cabral, passaram uma boa parte da infância e toda a adolescência em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago e S. Vicente. Sendo originários da Guiné, tiveram também uma vivência cabo-verdiana, mais ainda, provinham de uma emigração cabo-verdiana recente na Guiné. Com efeito, o pai de ambos assim como a mãe de Amílcar eram oriundos da ilha de Santiago, onde a mãe de Luís tinha também crescido, apesar de ter nascido em Portugal.

Quanto aos fundadores nascidos em Cabo Verde, eram eles próprios emigrantes de primeira geração na Guiné-Bissau.

Estes dados levam-nos a colocar muito claramente a questão da emigração cabo-verdiana na Guiné, já que 5 dos 6 fundadores do movimento viveram esta experiência nas suas vidas, e é um dos principais pontos que têm em comum em termos de trajectória.

Carlos Cardoso (Cardoso, 1992, p. 51) informa-nos que em 1950 havia 1703 cabo-verdianos na Guiné, que representavam 21,6% da população de nacionalidade portuguesa no território, chamada “civilizada”, como vimos anteriormente. Esta presença era antiga na Guiné: Elisa Andrade evoca os pequenos proprietários cabo-verdianos em meados do século XIX e, citando António Carreira, ela afirma que os naturais do arquipélago ocupavam a maioria dos lugares na função pública entre 1920 e 1940 (Andrade, 1971, p. 202).

A verdade é que ainda não se fez um estudo aprofundado sobre a presença dos Cabo-verdianos na Guiné-Bissau ao longo do século XX. No entanto, tudo indica que, juntamente com os Sírio-libaneses teriam constituído as duas maiores comunidades estrangeiras no território durante o século XX, pelo menos na época colonial.

O que representava esta comunidade cabo-verdiana em relação às dos Cabo-verdianos no continente africano em geral, assim como às comunidades na América e na Europa?

Não dispomos de dados concretos que nos permitam estabelecer uma comparação para a época em causa, mas sabemos que em termos quantitativos não se tratava da mais importante. A dos Estados Unidos, por exemplo, era certamente a mais numerosa desde o início do século XX.

No seu texto sobre as raízes históricas da emigração cabo-verdiana, Cláudio Alves Furtado (Furtado, 1993, p. 73) explica-nos que, de entre as correntes migratórias para o continente africano, a que se dirigia para a Guiné-Bissau era das mais antigas e que as ligações históricas entre os dois territórios explicam este fenómeno. Assim, havia não somente comerciantes cabo-verdianos na costa da Guiné desde o início dos contactos portugueses na região, na primeira metade do século XV, mas também funcionários públicos, visto que os negócios entre Portugal e a costa da Guiné dependeram durante muito tempo da administração instalada no arquipélago. Podemos então pensar que há uma continuidade relativamente a este fenómeno

da presença de trabalhadores cabo-verdianos na Guiné, a nível da função pública e no comércio, mas desconhecemos por completo as motivações destes emigrantes, que de resto podem ter evoluído ao longo do tempo.

Contudo, a emigração para a Guiné no século XX assim como uma parte da emigração para Angola e Moçambique distinguir-se-ia das outras por ser composta na sua maioria pelos letrados do arquipélago, contrariamente ao que sucedia na emigração em direcção à América do Norte e do Sul, a outros países africanos e mais tarde, à Europa. Mas estas hipóteses deverão ser testadas.

O que é certo é que os cabo-verdianos fundadores do PAIGC foram exclusivamente recrutados no seio da comunidade emigrada na Guiné.

3. DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA IDENTITÁRIA À POLÍTICA: LOCAIS E TEMPOS DE FORMAÇÃO E DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

3.1. O liceu que afirmava a « caboverdianidade »

Foi-se tornando evidente ao longo das nossas pesquisas que a experiência comum a todos os cabo-verdianos, incluindo os irmãos Cabral e os dirigentes da segunda geração, foi a passagem por uma outra instituição, antes da fundação do PAIGC ou da sua adesão a este partido. Esta instituição é o liceu Gil Eanes em S. Vicente. O que ela teve de peculiar, na altura em que os cabo-verdianos e guineenses em causa por aí passaram, diz respeito ao seu corpo docente. Com efeito, alguns professores desta instituição protagonizaram um movimento cultural que afirmou claramente pela primeira vez a existência de uma identidade específica cabo-verdiana. Isto sucedeu em período de ditadura, quando a versão do governo apresentava Cabo Verde como um caso de regionalização da cultura portuguesa.

A influência que este movimento e que este corpo docente puderam exercer sobre os adolescentes, que se tornaram mais tarde os protagonistas da luta pela independência, parece-nos evidente.

Ainda mais, a partir dos anos 1930, foi a ilha de S. Vicente que conheceu um movimento musical que desenvolveu o género reconhecido hoje em dia como sendo o que melhor traduz a alma do arquipélago: a *morna*.

3.1.1. O liceu Gil Eanes no Mindelo, ilha de S. Vicente

Após a proclamação da República em Portugal, em 1910, encerrou-se, em 1917 o Seminário-Liceu da ilha de S. Nicolau, o único estabelecimento de formação secundária no arquipélago desde 1866.

Em 1917, foi criado o liceu laico Infante D. Henrique, o primeiro do arquipélago e da África Ocidental sob domínio português³. Tendo passado a chamar-se desde 1937 liceu Gil Eanes, foi também o único estabelecimento de ensino secundário em Cabo Verde durante vários anos, pois foi somente em 1952 que se abriu uma « escola técnica de formação secundária », também no Mindelo. O segundo liceu do arquipélago foi instalado na Praia em 1960.

De acordo com o sociólogo Cláudio Furtado, o liceu Gil Eanes tinha 278 alunos matriculados durante o ano escolar de 1933-34 e 289 em 1945-46. O seu número aumentou lentamente, e no ano escolar de 1949-50, elevava-se a 391. Segundo o mesmo autor, somente 6% dos que tinham frequentado o ensino primário acediam ao ensino secundário (Furtado, 1993, p. 88).

Com efeito, a possibilidade de frequência deste liceu colocava vários problemas à maioria das famílias que residiam nas restantes oito ilhas habitadas do arquipélago, já que, para além das propinas, era necessário pagar as deslocações e um alojamento aos jovens estudantes. No entanto, todos os fundadores cabo-verdianos do PAIGC, e até mesmo os dois irmãos Cabral, frequentaram este liceu, não sem dificuldades.

Aristides Pereira afirma ter iniciado aí os seus estudos em 1936, com treze anos de idade. Amílcar Cabral, nascido um ano mais tarde, iniciou os estudos liceais com catorze anos de idade, em 1937; Luís Cabral e Abílio Duarte teriam ingressado neste estabelecimento de ensino não antes dos dez anos de idade, em 1941. Quanto a Fernando Fortes e a Júlio Almeida, ignoramos as datas da sua entrada no liceu.

A mãe de Amílcar Cabral terá vindo especialmente da Guiné com os seus filhos mais novos para se instalar na ilha de S. Vicente, a fim de facilitar o prosseguimento dos estudos do jovem Amílcar, que pôde desta forma aceder a este nível de ensino e completar a sua formação secundária⁴.

« Quando terminou o primário fomos para S. Vicente, onde ele entrou no liceu. Se eu soubesse que ia dar em político não lhe dava estudos. Mas adivinhar é proibido. Cansei-me demais na máquina, na tina e no ferro ; a trabalhar dia e noite porque não tinha auxílio do pai.»⁵

Com efeito, devido às dificuldades financeiras crescentes do pai deles que na altura residia na ilha de Santiago, Luís Cabral não pôde terminar os estudos secundários em S. Vicente, indo até ao diploma do *Curso Geral dos Liceus* (antigo quinto ano dos liceus).

«- Mas em Cabo Verde só havia liceu em S. Vicente.
- Não havia na Praia.
- Não havia na Praia. Então fui fazer o liceu em S. Vicente. Mas depois houve uma série de problemas, entraram uma série de anos de seca, porque a agricultura, em Cabo Verde todos os meios, os nossos meios dependiam da agricultura.

³ O liceu de Luanda, em Angola, foi criado um pouco mais tarde, em 1919 e o liceu de Bissau somente em 1958.

⁴ «Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral » in *Nô Pintcha*, 12/09/78, p. 3, Bissau, s.e., 1978

⁵ « Lembranças de Iva Évora, mãe de Amílcar Cabral », in *Nô Pintcha*, 12/09/78, p.3, Bissau, s.e., 1978

- Sim.
- Então e houve secas, com sete anos de seca ou coisa parecida. De maneira que desorganizou toda a vida dos agricultores, não é ? E nessa altura, o meu pai já não me podia manter em S. Vicente. A estudar. »⁶

Aristides Pereira também teve de enfrentar o mesmo tipo de dificuldades : originário da ilha da Boavista, onde residia com toda a sua família, ele teve de esperar alguns anos até que os seus irmãos terminassem a frequência do liceu e que chegasse a sua vez. Ele completou o diploma do *Curso Geral dos Liceus*, sendo que numa primeira fase preparou-se sozinho para os exames, e seguiu explicações dadas pelo administrador da ilha da Boavista, que era originário da ilha do Fogo. Em seguida, durante os dois últimos anos, ele pôde viver na ilha de S. Vicente e frequentar o liceu.

« - Mas depois, nessa altura, é claro, havia liceu já. (...) Mas, ...então nessa altura falava-se, pela primeira vez falava-se em mandar os filhos fazer o curso liceal. (...) Não fui estudar porque os outros mais velhos do que eu ainda não tinham ido. (risos) Eu tive que esperar, e não foi assim tão cedo. (...) Eu fui em... '36, tinha nessa altura 13 anos. (...) Por exemplo, um fulano podia, eu podia estudar as disciplinas do 1º ano, por exemplo, (...) não como aluno interno, eu podia estudar na Boavista e ir fazer o exame. »⁷

Este diploma, que era o equivalente a cinco anos de estudos do ensino secundário, permitia que se apresentasse uma candidatura às vagas da função pública.

Quanto a Fernando Fortes e Júlio Almeida, eles frequentaram também este liceu, mas ignoramos até que nível de estudos⁸.

3.2. As trajectórias profissionais dos fundadores, homens com carreiras de sucesso

Aquando da fundação do partido, todos os membros fundadores estavam empregados em Bissau. Quatro de entre eles trabalhavam em instituições do Estado e dois numa empresa privada. Júlio Almeida e Amílcar Cabral eram empregados dos « Serviços Provinciais de Agricultura e Florestas », o primeiro na qualidade de técnico agrícola, o segundo com um contrato a termo certo como engenheiro⁹. Eles partilhavam o mesmo local de trabalho, a *Granja do Pessubé*¹⁰, situada nos arredores da capital. Fernando Fortes e Aristides Pereira trabalhavam juntos nos Correios, onde tinham iniciado uma carreira como funcionários públicos. Quanto a Luís Cabral e Elysée Turpin, trabalhavam nos escritórios da maior empresa comercial instalada na Guiné-Bissau na altura, a *Casa Gouveia*. Funcionando com capitais portugueses e de outros países europeus, esta empresa exportava vários produtos para a metrópole e mais particularmente, amendoim (L., F., 1988, Cardoso, 1992). Os processos da PIDE/DGS indicam que os dois eram « empregados do comércio»,

⁶ Minha entrevista com Luís Cabral, *op. cit.*

⁷ Minha entrevista com Aristides Pereira, *op. cit.*

⁸ Júlio Almeida é apresentado como um antigo colega de liceu de Amílcar Cabral – ver Cabral, Luís, *Crónica da Libertação*, Lisboa, o jornal, 1984, p. 29

⁹ Amílcar Cabral, *sou um simples africano...*, Lisboa, Fundação Mário Soares, 2000, p. 79

¹⁰ Tratava-se de um posto agrícola experimental.

especificando que Luís Cabral era contabilista. No entanto, Elysée Turpin também é apontado como « industrial », mas não há indicações mais precisas, nomeadamente no que diz respeito ao sector de actividade, ao local e à época em que esta profissão terá sido exercida.

Graças a um estudo efectuado por Carlos Cardoso (1992), temos a possibilidade de enquadrar estas profissões na sociedade colonial da época. Assim, sabemos que em 1950 a população activa da Guiné estava concentrada no sector primário, que contava 125 541 trabalhadores e representava 87,5% do total. O sector secundário absorvia unicamente 3,2% da população activa, o que correspondia a 4 622 indivíduos. Quanto ao sector terciário, representava 9% da população activa, com 12 822 trabalhadores cuja maioria eram assalariados da administração pública. Ora, é necessário precisar que a população activa, e de resto, toda a população da Guiné estava dividida em dois grupos distintos : o dos « civilizados », que eram juridicamente considerados como cidadãos portugueses ou de outras nacionalidades, e o dos « indígenas », que não eram considerados como cidadãos e onde se incluía a grande maioria da população guineense. Esta divisão socio-política era igualmente aplicada em Angola e Moçambique.

Os seis fundadores do PAIGC pertenciam à categoria dos « civilizados » que, em 1950, incluía unicamente 8 320 pessoas. Cardoso indica-nos que os elementos deste grupo trabalhavam sobretudo nos sectores da administração pública e do comércio. Ele acrescenta que, no que diz respeito à população « civilizada », pode considerar-se a existência de três grandes grupos socioprofissionais : um composto por funcionários públicos e comerciantes, outro por pequenos e médios proprietários agrícolas, que eram chamados *ponteiros* e por fim, o dos empregados do sector terciário e os profissionais liberais.

Assim, podemos constatar que os seis fundadores integraram perfeitamente a sociedade da época descrita por Carlos Cardoso: eram funcionários públicos, empregados na maior empresa comercial local ou ainda, profissionais liberais, como era o caso de Amílcar Cabral. Podemos então concluir que eles pertenciam às camadas sociais mais privilegiadas da época, mesmo não tendo assumido as funções de maior poder, que eram provavelmente confiadas aos originários da metrópole. A inexistência de estudos mais aprofundados sobre as carreiras na administração colonial é verdadeiramente lamentável, já que ajudariam a compreender melhor este aspecto da sociedade guineense.

3.3. Fugas ou prisão

No decorrer do ano de 1960, durante um período temporal muito curto, entre Janeiro e Agosto, alguns dos fundadores do PAIGC fugiram de Portugal ou da Guiné em direcção à França ou ao Senegal. Ora, de entre os seis fundadores oficiais do PAIGC, somente três conseguiram fugir. Os três restantes foram detidos pela PIDE e nunca puderam deixar o território político português, até à queda do *Estado Novo* em Portugal, no ano de 1974.

Os três fundadores que não fugiram foram, a um dado momento, presos pela célebre PIDE/DGS, polícia política do regime salazarista. Trata-se de Fernando Fortes, Elysée Turpin e Júlio Almeida. Encontrámos processos referentes às suas detenções nos arquivos da PIDE/DGS na *Torre do Tombo* em Lisboa. Também nos foi concedida uma entrevista por Irene Fortes, a viúva de Fernando Fortes, que nos relatou aspectos da sua vida com o marido durante este período.

De acordo com os arquivos da PIDE, o primeiro fundador que foi encarcerado foi Elysée Turpin, em Abril de 1960. Ele foi libertado em Setembro do mesmo ano, e depois sofreu um segundo período de encarceração, de Abril até Junho de 1961¹¹.

Fernando Fortes foi preso a 7 de Fevereiro de 1961 e libertado a 27 de Abril de 1963. Também teve um segundo período de prisão, de 23 de Março de 1966 até Agosto de 1969, de acordo com os arquivos da PIDE, e até 1971, segundo ele próprio. Quanto a Júlio Almeida, e segundo os arquivos da PIDE, ele foi detido para interrogatórios de 29 de Julho até 3 de Dezembro de 1968.

Enquanto Elysée Turpin ficou preso durante nove meses na totalidade, Júlio Almeida esteve na prisão durante quatro meses. Ora, sabemos que em Portugal, em 1968, com a subida ao poder de Marcello Caetano, a duração legal de tempo de prisão para fins de interrogatório diminuiu : passou de seis para três meses.¹² É, portanto, possível que Júlio Almeida tenha beneficiado parcialmente desta medida.

Quanto a Fernando Fortes, foi o único a ser julgado, acusado e inculcado de actividades contra a integridade do Estado português. Foi condenado a uma pena de prisão, onde ficou encarcerado entre 5 a 7 anos. Em seguida, beneficiou da liberdade condicional, mas foi sempre estritamente controlado pela PIDE, como soubemos pela sua esposa¹³.

Segundo o testemunho de Irene Fortes, Fernando foi libertado e a família continuou a viver em Luanda. O seu marido não podia deixar a cidade e devia obrigatoriamente apresentar-se todos os meses à PIDE com um cartão que devia ser carimbado pelas autoridades.

A direcção máxima do partido foi assumida pelos que fugiram. Podemos constatar que Amílcar Cabral foi o secretário-geral do partido desde a data da sua fundação até ao dia do seu assassinato, a 20 de Janeiro de 1973.

Em vésperas da independência, no segundo Congresso, quatro dos seis fundadores já não pertenciam à direcção do partido. Efectivamente, aquando do segundo Congresso, em Julho de 1973, somente Aristides Pereira e Luís Cabral se mantinham na direcção máxima do PAIGC, onde ocupavam, de resto, os cargos mais

¹¹ AN/TT, Arquivos da PIDE/DGS, SC, 1014 / 56 – SR, 44 fls.

¹² Rosas, Fernando, « O Estado Novo (1926-1974) », *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7, p. 547

¹³ Minha entrevista com Irene Fortes, a 17/09/00, em Amora, Portugal

elevados em termos de responsabilidade, nomeadamente, o de secretário-geral e o de secretário-geral adjunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO

Amílcar Cabral, sou um simples africano..., 2000. Lisboa. Fundação Mário Soares.

ANDRADE, E. de. 1971. *Les causes profondes de l'émigration capverdienne à Dakar*. Dakar. s.e.

CARDOSO, C. 1992. "A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926 –1973". *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, Bissau. (14) Jul. 1992, p. 29-63.

CORREIA E SILVA, A. L., 2000. *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia, Mindelo. Centro Cultural Português.

FURTADO, C. A., 1993. *A Transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde*. Praia, Mindelo. ICL.

LOBBAN, R., FORREST, J. 1988. *Historical Dictionnary of the Republic of Guinea-Bissau*. London. The Scarecrow Press.

LOPES, J. V. 1996. *Cabo Verde, os bastidores da independência*. Praia, Mindelo. Instituto Camões, Centro Cultural Português.